

Ata n.º 155 / XIII / 4.ª SL

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2018, pelas 16 horas, reuniu em sessão ordinária a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Apreciação e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 819/XIII/3ª (BE) - Altera o regime jurídico-laboral dos trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril.

- **Deputado autor do parecer:** Carlos Gonçalves (PSD)

2. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 76/XIII/3.ª - Aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, que cria o Prémio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017

- **Deputado autor do parecer:** Carlos Páscoa (PSD)

3. Distribuição e nomeação do autor do relatório do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2019 - Cumprir o prometido e preparar o futuro (COM 800)

- **Deputado(a) autor(a) do parecer:** CDS-PP

Foi dado início à sessão, presidida pelo senhor **Vice-Presidente da Comissão, Deputado Carlos Alberto Gonçalves**, o qual, após saudar todos os presentes, iniciou os trabalhos com a apreciação da matéria contida no **Ponto 3.** da OD - *Distribuição e nomeação do autor do relatório do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2019 - Cumprir o prometido e preparar o futuro (COM 800)*. Cabendo ao GPCDS/PP indicar o Relator respetivo, foi designado para o efeito o senhor **Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP)**.

Transitados para o Ponto 1. da OD, foi apresentado o parecer do **Projeto de Lei n.º 819/XIII/3ª (BE)** pelo senhor **Vice-Presidente** na qualidade de Deputado Relator, tendo frisado na sua alocução que o tema já tinha baixado previamente à CNECP para discussão na especialidade, onde foram aprovadas as 40 horas de trabalho semanal para os trabalhadores das residências oficiais pelos os Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PS.

Seguidamente, intervieram os seguintes Deputados (as):

Wanda Guimarães (PS), para referir que o tema em apreço insere-se num processo de negociação que está a decorrer entre o sindicato que representa os trabalhadores consulares e o Governo, dando nota de que a questão relativa às 35 horas de trabalho semanal, no que se refere a motoristas, já obteve o acordo de ambas as partes.

Carla Cruz (PCP), para referir que o GPPCP propôs iniciativas que visaram fixar o horário de trabalho semanal dos trabalhadores das missões diplomáticas nas 35 horas e que estas propostas foram chumbadas pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP. Sobre a negociação a que o Deputado Relator aludiu na sua apresentação, frisou que o GPPCP não acompanhou as alterações propostas ao regime jurídico-laboral dos trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros que fixavam o horário de trabalho semanal dos trabalhadores das residências oficiais do Estado nas 40 horas.

Pedro Filipe Soares (BE), para manifestar o apreço do GPBE pelo processo negocial em curso, frisando que a Assembleia da República não está dependente da cadência negocial do Governo para avançar com propostas de projetos de lei sobre matérias da que são da sua competência.

Paulo Neves (PSD), para dar nota de que o GPPSD reserva para Plenário a sua posição sobre a matéria em apreço, reiterando tratar-se de um tema premente, alvo de acompanhamento próximo. Mais disse que o GPPSD não aceita vencimentos impróprios em algumas Embaixadas e Chancelarias, manifestando total disponibilidade para acompanhar todas as iniciativas tendentes a melhorar a atual legislação.

Isabel Santos (PS), para informar que o GPPS irá votar favoravelmente o Relatório, dando nota de que tal não implica que acompanhe algumas das apreciações articuladas

na discussão.

Finda a discussão foi o parecer submetido a votação tendo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No segundo ponto da ordem do dia foi apresentado o parecer da **Proposta de Resolução n.º 76/XIII/3.ª**, pelo Senhor **Deputado Carlos Páscoa (PSD)**.

Seguidamente, intervieram os seguintes Deputados (as):

Isabel Santos (PS), para salientar a importância da iniciativa, considerando que o prémio Monteiro Lobato representa um incentivo interessante à produção literária em língua Portuguesa, uma área exigente que necessita de apoio e estímulo.

Paulo Neves (PSD), para felicitar o trabalho realizado pelo Deputado Relator e acompanhar a intervenção da Deputada Isabel Santos, destacando a superior relevância da cultura e da língua portuguesa, principalmente numa área sensível como é a juventude.

Submetido à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes

Inexistindo outras questões a abordar pelos senhores Deputados, o senhor **Vice-Presidente da Comissão** declarou encerrada a reunião pelas 16 horas e 30 minutos.

O registo áudio da presente reunião está disponível aqui:

Palácio de S. Bento, 18 de dezembro de 2018

O Vice-Presidente da Comissão,



(Carlos Alberto Gonçalves)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Isabel Santos
João Gonçalves Pereira
Odete João
Paulo Neves
Pedro Filipe Soares
Rui Silva
Adão Silva
António Ventura
Fernando Jesus
Hugo Pires
Maria da Luz Rosinha
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
José Cesário
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Pisco
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Jamila Madeira
Joana Lima
Maria Manuel Rola
Porfírio Silva
Sérgio Sousa Pinto